

DO CORPORATIVISMO AO ANARCO-SINDICALISMO:

Sobre o movimento operário no Porto

na 2ª metade do século XIX

Gaspar Martins PEREIRA * e Maria João CASTRO**

I. O anarquismo em Portugal, como tem sido salientado por diversos historiadores, teve a sua época áurea no primeiro terço do nosso século, quando se ligou intimamente ao movimento operário e o liderou ideologicamente, através de um modelo de sindicalismo revolucionário. O anarco-sindicalismo, apoiado na ideia de que a organização social se constrói com indivíduos livres e iguais, fez das associações de classe não só instrumentos de luta, mas escolas de aprendizagem e aplicação dos princípios por que se batia: a igualdade entre os homens, contra o liderismo e o autoritarismo, apostando numa democracia de base, sendo o poder sindical assente nas decisões colectivas das assembleias; a ideia de liberdade individual, com respeito pelas minorias, associado à ideia de solidariedade e comunidade em que se baseava a própria ideia de unidade sindical, através de federações de associações, mas em que estas mantinham autonomia, qualquer que fosse a sua importância; o empenho no aperfeiçoamento intelectual do indivíduo de que decorria uma forte acção cultural das associações de classe, com escolas, bibliotecas e um estímulo ao autodidactismo. Neste sentido, o anarco-sindicalismo, longe de ser a expressão de um movimento operário débil, fortemente influenciado pelos interesses dos artesãos e resultado de uma fraca industrialização, como tantas vezes se tem escrito, revela-se, em muitos aspectos pioneiro. Como pioneiras são muitas das ideias dos primeiros grupos anarquistas, desde a defesa da emancipação da mulher, aos princípios ecológicos e naturistas, ao pacifismo e anti-militarismo, à igualdade e solidariedade entre os povos (neste sentido, a sua aposta numa língua universal, o esperanto) e à apologia da eliminação das fronteiras entre as nações.

Como referiu João Freire, «o anarquismo como doutrina situa-se num ponto e numa posição de tensão entre duas outras grandes correntes do pensamento moderno ocidental: o liberalismo e o socialismo». Levando às últimas consequências o princípio da liberdade, autonomia e independência do indivíduo, não o concebe sem ser em articulação com o princípio da solidariedade, integração e justiça social. Por isso se pode dizer que o anarquismo é simultaneamente «o mais liberal dos socialismos e o mais socialista dos liberalismos» (FREIRE, 1992: 369-370).

Ora, no contexto da industrialização, que acaba por fazer vingar a ordem liberal contra a justiça social e assente na destruição da independência e do saber do ofício, desqualificando o trabalho e impondo a disciplina da fábrica, o anarquismo torna-se naturalmente num lugar de tensão que privilegia o primado da luta económica. Porque era precisamente no princípio liberal do mercado que assentavam as desigualdades e a própria destruição da liberdade individual dos mais fracos. Mas ao desprezar o Estado, numa época em que este é o principal sustentáculo da ordem económica, o anarquismo

situa-se no plano da marginalidade utópica. Mesmo quando teve força, renunciou à ambição do poder e à sua utilização como mecanismo de imposição ideológica.

Em Portugal, o anarquismo surge e reforça-se no movimento operário, em particular desde os anos oitenta do século passado. Vale a pena, por isso, analisar aqui o percurso realizado pelo movimento operário até ao seu encontro com os ideais libertários. O Porto é, desse ponto de vista, um lugar de observação privilegiado, onde os primeiros militantes anarquistas assumem uma ligação aparentemente fácil ao movimento operário e, por outro lado, onde o espírito — utópico que fosse — de independência das unidades artesanais domésticas sobrevivia nas experiências quotidianas, aliado a uma sobreexploração que despertava a revolta.

2. Com a instauração do liberalismo foram extintas as corporações de ofícios, em 7 de Maio de 1834, consideradas como «estorvos à indústria nacional» e obstáculos ao desenvolvimento do regime de livre-concorrência. Mas a memória dos velhos regulamentos dos mesteres e o espírito corporativo manter-se-ão muito vivos no meio industrial portuense. É que as novas unidades de carácter manufactureiro e fabril, que surgem ao longo do século XIX, não destroem, antes pelo contrário, fazem proliferar as unidades domésticas e oficinais, através do sistema de «empreitada» e de trabalho ao domicílio.

De facto, o novo regime liberal, funcionando sem enquadramento jurídico, permitia aos industriais admitir um número variado de aprendizes sem que existissem normas sobre as condições do aprendizado. Permitia, igualmente, a esses industriais recrutarem menores e mulheres a quem pagavam salários substancialmente mais baixos, diminuindo, deste modo, os custos de produção. Por outro lado, o acesso à profissão e as condições de formação profissional faziam-se de acordo com os interesses dos industriais que estabeleciam regulamentos internos nas suas fábricas e oficinas, como por exemplo, pagar o mínimo possível aos trabalhadores ao domicílio que trabalhavam «à peça».

Esta nova lógica liberal de livre concorrência sobrepunha-se, necessariamente, à lógica artesã tradicional baseada na transmissão controlada do saber especializado da arte e na defesa do prestígio profissional. No entanto, na indústria portuense, a tradição corporativa continuava a impor-se nas relações entre o mestre e os seus oficiais e aprendizes. Em certos ofícios, como os relojoeiros e ourives, tenta manter-se o secretismo profissional limitando a admissão de aprendizes ao círculo restrito da parentela (PEREIRA, 1991: 329-357).

3. Por volta de meados do século, após o crescimento assinalável da indústria portuense nos anos 40, assistimos à emergência das primeiras associações operárias de carácter mutualista (entre 1852 e 1856 surgem associações de tipógrafos, tecelões, alfaiates, sapateiros e outras artes do couro, marceneiros e entalhadores, tintureiros, latoeiros, pintores e artes correlativas, ferreiros e serralheiros, etc.).

Era o movimento operário a dar os primeiros passos, mas com fraca capacidade de alargamento e de acção, animado ainda por objectivos de socorro mútuo que caracterizavam as velhas confrarias dos ofícios. Estas, por seu turno, mantinham uma influência extraordinária. Em 1855, existiam no distrito do Porto mais de mil irmandades e confrarias, o que comprova a incapacidade do liberalismo destruir todas as formas do antigo aparelho corporativo. Por tradição, por religiosidade popular, pela

própria natureza do ainda predominante trabalho artesanal e doméstico, pelo agravamento das condições de vida urbanas, as confrarias são agora mais populares do que nunca.

O surto do associativismo operário de 1852-56, no Porto, inscreve-se no movimento nacional e no despontar das ideias socialistas utópicas, na sequência dos acontecimentos de 1848 em França. Proudhon, Fourier, Saint-Simon, Pierre Leroux, Louis Blanc, Cabet, entre outros, são os pensadores que mais influência vão ter nos primeiros socialistas portugueses. A esta fase corresponde também o aparecimento dos primeiros jornais operários, ou abordando questões operárias. São sobretudo animados por jovens intelectuais, quase todos na casa dos 25-30 anos, como Custódio José Vieira e Marcelino de Matos (fundadores da *Esmeralda*, Porto, 1850), António Pedro Lopes de Mendonça e Francisco Maia de Sousa Brandão (fundadores do *Eco dos Operários*, Lisboa, 1850), José Maria Casal Ribeiro (*Atheneu*, Lisboa, 1850). Logo a seguir surgem o *Jornal dos Operários* (Porto, 1852; continuado em 1853 com a *Voz do Operário*) e a *Península* (Porto, 1853), onde pontifica Amorim Viana. A par das ideias do socialismo utópico, defendidas frequentemente pelos jovens bacharéis, surgem já algumas reivindicações operárias dispersas, veiculando muitas vezes os interesses dos mestres artesãos, o apego à tradição corporativa e a resistência à nova ordem fabril.

A posição de vanguarda que os tipógrafos assumem no movimento associativo portuense deve-se, antes de mais, à própria natureza da sua profissão. O desenvolvimento da imprensa escrita concorreu simultaneamente para a proletarização deste grupo profissional e para aumentar a sua importância, já que o acesso à cultura e o conhecimento das ideias e acontecimentos políticos lhes fornecia as condições de reflectirem sobre a sua própria situação social. Os tipógrafos, que se saudavam entre si com a expressão «Deus salve a arte!», constituíam um grupo muito marcado pelo orgulho do saber profissional.

Até aos anos 70, o movimento operário portuense vai caracterizar-se pela dispersão, bem longe das estruturas mais fortes e abrangentes do operariado lisboeta que estava organizado em torno do Centro Promotor das Classes Laboriosas, fundado em 1852 por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça.

Sem as prerrogativas das antigas corporações e não sendo ainda associações de classe (proibidas pelo mesmo decreto de 7 de Maio de 1834), as associações profissionais de carácter mutualista terão como objectivos expressos o socorro ou protecção dos associados nos momentos críticos. O que não quer dizer que, em determinados momentos, não desempenhassem um papel de maior intervenção na vida laboral, na defesa dos interesses operários. Em 1861, por exemplo, os operários fabricantes de seda enviam ao Governador Civil um manifesto acerca da sua reivindicação de aumentos salariais, perante a crise que atingia a classe, cujos tecidos eram pagos pelos mesmos preços de 1848, enquanto o custo de vida se tinha agravado, sobretudo em 1855 (PEREIRA, 1981: 135-151).

É óbvio que o surto das associações em meados do século se relaciona com o dinamismo industrial que o Porto conheceu então e com os problemas daí resultantes tanto nas relações entre os velhos artesãos e o empresariado industrial emergente, como entre industriais e operários, num momento de vazio legislativo no plano laboral. Mas não pode ignorar-se a degradação das condições de vida que o operariado do Porto conheceu por essa altura. Nessa perspectiva, convirá assinalar que dois terços das associações fundadas em 1852-56 surgem no final do período, nos anos difíceis de 1855

e 1856, anos de fome e de epidemias. Em consequência do mau ano agrícola de 1854, os preços do pão no Porto sobem, entre 1854 e 1856, mais de 60 % em relação aos do início da década. A partir de 1852, os vinhedos do Douro são devastados pelo *oidium*. Em 1855, a esta crise de subsistências associa-se um surto epidémico de *colera morbus* e de tifo. Fome, doenças, preços altos e salários reais baixos — eis o contexto em que vivem as classes trabalhadoras portuenses em meados do século.

4. Entre o surto associativo dos anos cinquenta e o novo surto dos anos setenta vai um longo percurso, marcado por anos de apagamento, experiências, aprendizagens e, sobretudo, pelas influências ideológicas que vão chegando da Europa, divulgadas aqui por intelectuais como Antero de Quental, Eça de Queirós, Augusto Fuschini, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, entre outros, que constituirão a chamada «Geração de 70» mas cuja influência data da década de sessenta com a Questão Coimbrã.

No início dos anos setenta, a nova fase no movimento operário caracteriza-se pela adopção de novos modelos organizativos, de mobilização e de acção. No Porto, como na capital, fazem-se sentir as influências socialistas da Internacional, da Comuna de Paris e do movimento operário espanhol que conduzirão à transição do movimento mutualista para o movimento operário moderno. Em breve, assistiremos à interligação das organizações operárias com estruturas internacionalistas e socialistas. Mas convém desde já referir, como assinalou Ana Maria Alves, que «os socialistas portugueses contemporâneos da Comuna (...) são fundamentalmente inspirados por Proudhon e mais influenciados por Bakunine; Marx e Engels, mesmo quando conhecidos ou citados, não são determinantes na formação ideológica dos teóricos do socialismo em Portugal nesta época» (ALVES, 1971: 156). Refira-se ainda que, por esta altura, o movimento associativo operário, que até aqui tinha uma base local ou regional, ensaia os primeiros passos no sentido de uma integração nacional, embora só tardiamente, já dentro do século XX, se verifique a criação de uma estrutura nacional representativa (a UON — União Operária Nacional surge apenas em Março de 1914, no Congresso Operário de Tomar). Mas multiplicam-se os contactos, os congressos, a troca de correspondência, as acções de solidariedade.

O movimento parece ser agora claramente orientado por Lisboa. Em 1871 dá-se o célebre encontro no Tejo dos três internacionalistas espanhóis — Mora, Morago e Lorenzo — com Antero de Quental, José Fontana e Jaime Batalha Reis. «Nessa mesma noite fomos ao Aterro, o Antero e eu, pagámos a um barqueiro para nos deixar remar sozinhos no seu bote e fizemo-nos ao largo. A uma hora combinada aproximámo-nos dum outro cais onde o Fontana nos esperava com os internacionalistas. E durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu remava, o Antero discutia a revolução operária que já lavrava na Europa» (REIS, 1896: 441-470). Nesse mesmo ano, por influência dos internacionalistas, é criada a Associação Protectora do Trabalho Nacional (que publica o jornal *O Trabalho*), dirigida pelo ex-padre João Bonança. É igualmente publicado *O Pensamento Social* onde pontifica a personalidade de Antero de Quental que vai escrever o célebre texto *O que é a Internacional?* Em Janeiro de 1872, por iniciativa do tipógrafo de origem suíça José Fontana, surge a Associação de Resistência Fraternidade Operária, o que marca uma viragem importante na direcção do movimento operário português. Rapidamente, surgem filiais da Fraternidade Operária em várias cidades como o Porto. Aqui, a Fraternidade Operária é fundada a 30 de Setembro de 1872 e instala-se na Rua Gonçalo Cristóvão. É a partir deste núcleo portuense que se

difunde e organiza o movimento socialista e operário do Norte. Neste período Lisboa teria já 10 mil associados e o Porto cerca de 8 mil (NOGUEIRA, 1964: 32).

A irrupção do movimento grevista de 1872-73 (com 27 greves em Lisboa), em consequência da acção da Fraternidade Operária, não tem paralelo no Porto e também não terá sequência imediata. Nos anos seguintes, a derrota da República espanhola, a desorientação ideológica no movimento socialista que resulta da cisão no Congresso de Haia entre marxistas e bakuninistas, o próprio suicídio de Fontana, desarticulam o movimento. Acrescente-se a dispersão do movimento operário português por várias secções e associações adversárias que competiam entre si pelo maior número de greves. No sentido de dar unidade ao movimento operário, a Associação Protectora do Trabalho Nacional e a Fraternidade Operária fundem-se, em 1873, na Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP) de carácter federalista e internacionalista. Em 1875 surge o Partido Socialista, cumprindo, deste modo, as resoluções do Congresso de Haia. Procurava-se a ligação do movimento operário ao movimento político socialista, apesar das vozes dissonantes da ala bakuninista.

Sem atingir a dimensão do movimento lisboeta, especialmente em 1872, o movimento portuense conhece ainda assim um surto significativo de greves. De acordo com os dados recolhidos por Carlos da Fonseca, ter-se-ão desencadeado cinco greves ainda em 1871 (alfaiates, chapeleiros, carneiros, estampadores e tintureiros), reivindicando aumentos salariais e diminuição de jornada de trabalho (FONSECA, s.d.: 150). E, se em 1872 o Porto parece ter ficado imune às grandes movimentações operárias da capital, logo em 1873 entram aqui em greve os ferroviários (em que se destaca como agitador Felizardo de Lima, secretário da ATRP do Porto) e os tabaqueiros, estes secundando a greve iniciada na fábrica de Xabregas. Entretanto, criara-se no Porto, em 29 de Outubro de 1873 uma secção da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, com sede na Rua de Santa Catarina, por iniciativa de um núcleo de operários, entre os quais se contava o refugiado francês da Comuna, Joseph Delarue, que depois se estabeleceu como fabricante de pianos. «Foi aí — recorda José Martins Gonçalves Viana — na Rua de Santa Catarina que na nossa juventude, em Agosto de 1875, entrámos nos trabalhos da Associação dos Trabalhadores, há bons cinquenta e um anos, onde encontrámos nos restos do movimento operário de 1873, da classe de tecidos de algodão, entre outros, os irmãos Alecrim e Teixeira; um dos irmãos Verdial, o outro ensaiava-se para actor; os primos Martins, de que passámos a fazer parte, da classe de ferro e representantes de uma humilde família de Viana do Castelo; um bom núcleo de operários das fundições do bairro de Massarelos e tantos outros, hoje desaparecidos do número de vivos, que durante alguns anos alimentaram a ilusão de que a sociedade actual, cheia de injustiças, seria em breve substituída por outra mais justa e humanitária» (VIANA, 1926: 292). Nesse grupo discutia-se a situação do movimento operário internacional e circulavam os livros e opúsculos de Oliveira Martins (*Teoria do Socialismo*, 1872, e *Portugal e o Socialismo*, 1873), J. J. Rodrigues de Freitas (*Revolução Social. Análise das Doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*, 1872), José Falcão (*A Comuna de Paris...*, 1871), Antero de Quental (*O que é a Internacional*, 1871), Eduardo Maia (*Da Propriedade*, 1873). São as influências de Proudhon, mais do que de Marx, que se fazem sentir.

Entre 1875 e 1877, num período pouco agitado a nível nacional, é no Porto que se verificam algumas greves importantes, como a dos marceneiros (1875), a dos pregueiros (1876), e sobretudo as dos chapeleiros (1877), em que se destacou como agitador

Dionísio Ferreira dos Santos Silva. Em 1875, observa Costa Goodolphim que, ao contrário do marasmo em que sobrevivem as poucas associações de Lisboa, «as associações do Porto estão num estado mais perfeito de organização, porque há mais energia nos seus membros e também porque a quota semanal é mais elevada, sendo em geral de 80 réis semanais» (GOODOLPHIM, 1875: 200). Mas, como em Lisboa, também no Porto o movimento operário iria sofrer, nos finais dos anos setenta, uma nova viragem, «entrando tudo a fazer parte do partido socialista», (VIANA, 1926: 322), de acordo com a resolução tomada no seu segundo congresso realizado no Porto em 1878 (no seu artigo 1º estabelecia-se: «O Partido dos Operários Socialistas é uma associação dos trabalhadores assalariados»). A partir deste momento, a ATRP e o Partido Socialista deixam de ser organismos autónomos e fundem-se no Partido dos Operários Socialistas em Portugal. Entretanto, fundara-se, junto da Associação dos Trabalhadores, a Sociedade Cooperativa de Tecidos, onde passaria a pontificar o tecelão socialista Eduardo de Carvalho e Cunha. A cooperativa instalou-se no Largo da Fontinha junto da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista, facto pelo qual esse núcleo de socialistas passou a ser apelidado por «Grupo da Fontinha».

As eleições legislativas de 1878 provocam as primeiras cisões no movimento socialista português. O Congresso de 1878 tinha optado pela abstenção na luta eleitoral, mas os socialistas do Porto decidem concorrer às eleições, propondo como candidatos o tipógrafo lisboeta José Correia Nobre França e o engenheiro Oliveira Martins. A candidatura de Oliveira Martins fora da responsabilidade de Azedo Gneco, membro do Conselho Central do Partido Socialista, de tendência marxista e, portanto, defensor da participação eleitoral. O Conselho Central divide-se e acaba por se dissolver. Azedo Gneco é expulso da Associação dos Trabalhadores e da redacção de *O Protesto*, jornal socialista de Lisboa. Só no Congresso de 1879 é que se apaziguariam os ânimos.

O candidato Oliveira Martins não conseguirá, apesar da áurea intelectual que detinha, atingir mais que umas poucas dezenas de votos nas eleições de 1878, nas quais os republicanos portuenses conseguem eleger Rodrigues de Freitas.

Em 1879 os socialistas portuenses iniciam a publicação do jornal *O Operário* que aparece como o órgão da Associação dos Trabalhadores do Porto, com sede no Largo da Fontinha. Neste jornal escreveram, então jovens socialistas, alguns nomes importantes do jornalismo português, como Guedes de Oliveira e Augusto Alberto Bessa de Carvalho.

O núcleo mais activo dos socialistas portuenses, que aparecerá ainda unido no IV Congresso Socialista do Porto, em Outubro de 1880, iria, em breve, desmembrar-se, dando origem aos primeiros grupos anarquistas. «A data de 1880 — recorda Gonçalves Viana — pode dizer-se marca o termo de uma *étape* do movimento e o início de um novo período cheio de peripécias, que marcam a divisão do movimento e respectivas correntes sociais» (VIANA, 1927: 87). Militantes como Ermelindo Martins e Pinto Barbosa afastam-se do «Grupo da Fontinha» e formam os seus próprios núcleos. Em finais de 1880, Pinto Barbosa iria fundar a União Democrática Social, de tendência sindicalista, com sede na Rua do Almada. Outro grupo acompanhou o serralheiro Ermelindo António Martins, em cuja oficina da Rua das Carvalheiras se passou a reunir com a designação de Associação União dos Trabalhadores, sob influência do colectivismo anarquista (bakunista) defendido pela *Revista Social* de Barcelona, «talvez o único [jornal] que Ermelindo lia», no dizer de seu primo Gonçalves Viana (VIANA,

1927: 106). Em 1882, realizam-se reuniões de protesto de operários contra os impostos e contra o tratado de comércio com a França, sob o ideário socialista-anarquista do serralheiro Ermelindo António Martins. Nessas reuniões, sempre vigiadas pela polícia, aparecem nomes de militantes anarquistas, como o ourives António Cândido de Faria, o latoeiro António Joaquim Morais ou o tecelão Jerónimo Fernandes Neves. A morte de Ermelindo Martins, a 18 de Julho de 1884, fez dispersar o grupo anarquista, entre os quais se contavam o aprendiz de litógrafo Guedes de Oliveira e o serralheiro Gonçalves Viana. Mas será precisamente deste grupo que surgirá pouco depois o núcleo mais activo do anarquismo portuense, em que assume papel de relevo o primo de Ermelindo, também serralheiro, Gonçalves Viana.

5. A partir de 1886, inicia-se um novo surto grevista, que alastrará no final da década, coincidindo com o período de crise geral que enquadra os anos de 1889-91. No campo socialista fundaram-se em 1885 duas cooperativas de consumo — a da Rua das Valas e a da Rua do Montebelo — que rapidamente se transformaram, especialmente a das Valas, em locais de reunião operária. Por esta altura, socialistas e anarquistas tentaram reerguer o movimento associativo de classe a partir das inactivas «secções de ofícios» da Associação Internacional. Já entre 1886 e 1888 surgem greves importantes como a dos tabaqueiros, na qual tomam parte activa militantes anarco-sindicalistas, destacando-se a operária Blandina Rosa, das Eirinhas. Também os funileiros entram em greve em 1888 contra os serões. Em 1887-88, gerara-se, entretanto, um amplo movimento de protesto, mais vivo no Porto que em Lisboa, contra a lei das Licenças de Trabalho, em que se destacam os socialistas portuenses Eduardo Carvalho e Cunha e Francisco Viterbo de Campos.

Neste período (Abril 1887) forma-se em Lisboa o primeiro Grupo Anarquista, por iniciativa de João António Cardoso, influenciado por Elisée Réclus, que se hospedara em sua casa em 1886. O *Manifesto* doutrinário lançado por esse grupo influenciou, logo no mês seguinte, a constituição de um Grupo Anarquista no Porto, com a mesma orientação, que contava com um militante experiente, a quem já nos referimos, o serralheiro José Martins Gonçalves Viana (ainda neste ano, em Lamego, surgiria em Dezembro o grupo comunista-anarquista *Os Vingadores*). É Gonçalves Viana que, logo em Novembro de 1887, publica o número-programa do jornal *A Revolução Social*, órgão comunista-anarquista dos grupos de Lisboa e Porto, com uma tiragem de 3000 exemplares. Nessa mesma altura, publica-se em português *A anarquia na evolução socialista*, de P. Kropotkine, esgotando-se rapidamente a edição de 2000 exemplares.

A partir de 1888 aumenta o número de greves. Em 1889 estão em greve os chapeleiros do Porto e de Braga, os operários das fábricas de cerâmica do Porto e Vila Nova de Gaia e, ainda, tecelões, tamanqueiros, pregueiros e metalúrgicos. Em 1890 entram em greve os tipógrafos do *Primeiro de Janeiro*, os operários da Companhia de Fiação, os tanoeiros de Gaia, os tecelões de seda, os fulistas das fábricas de chapéus e os tabaqueiros. No ano seguinte continuam as greves, com os tipógrafos, os chapeleiros, os sapateiros e os mineiros de S. Pedro da Cova. (FONSECA, s.d.: 152-153).

6. Parece-nos importante destacar aqui que, paralelamente à acção grevista e à formação das associações de classe, de cooperativas de consumo e de produção, de publicação de jornais de cariz ideológico ou de defesa dos interesses profissionais, surgem na cidade, a partir de finais da década de 1880, grupos autónomos de base

local, grande parte deles de existência efémera. Pelas informações que possuímos, podemos adiantar que a rede familiar e a base local (em particular no espaço das *ilhas*) tiveram, no caso portuense, uma importância decisiva na organização de muitas associações, greves e movimentos reivindicativos. Refira-se, apenas a título de exemplo, a organização da Agrupação Promotora dos Melhoramentos Morais e Materiais das Classes Populares do Porto, que se constituiu na ilha do Mastro, na Rua da Saudade, em Julho de 1888. Esta associação chegou a contar com mais de 50 operários, na sua maioria tecelões, tendo sido impulsionada por um dos moradores da ilha, o latoeiro reformado António Joaquim Morais. As reuniões eram feitas ao ar livre numa eira do Campo Alegre, ou num salão da ilha, onde funcionava também uma escola primária protestante e onde se realizavam os bailes de domingo à tarde. Neste mesmo salão, cedido pelo proprietário da ilha, um fabricante de retrós (com relações de parentesco a vários protestantes e anarquistas, refira-se), comemora-se pela primeira vez no Porto (e pensamos que no país), a 18 de Novembro de 1888, o aniversário dos *Mártires de Chicago*, em que participaram socialistas (o serralheiro Luís Soares, e os tecelões José Ferreira e António Moreira da Silva) e anarquistas (o cerâmico José Alves Tino, o tecelão José da Silva, o ourives António Cândido de Faria e o serralheiro J. M. Gonçalves Viana). Esta associação viria a extinguir-se alguns meses depois, devido às rivalidades entre socialistas e anarquistas (VIANA, 1927: 279). Mas a sua existência é reveladora de dois aspectos fundamentais. A facilidade da mobilização espontânea das camadas populares urbanas, na linha das formas de mobilização tradicionais, e a dificuldade de passagem a um nível de organização formal. Em grande parte porque os mecanismos que funcionam bem na mobilização espontânea são abandonados (a participação activa das mulheres, por exemplo, a utilização de certos circuitos de convocação pessoal — a taberna, a vizinhança, o local de trabalho —, a definição clara do objectivo a atingir, permitindo uma certa indefinição ideológica, etc.).

Um dos aspectos mais marcantes do movimento operário portuense foi, de resto, a sua grande dispersão por uma multiplicidade de associações, raramente concordantes relativamente aos objectivos e acções a empreender, já que se dividiam por opções ideológicas distintas, ora socialistas, ora anarquistas. As associações não só não se entendiam na formulação de reivindicações comuns, como desperdiçavam grande parte das suas energias em hostilidades mútuas. Refira-se ainda que as tentativas unificadoras ou federalistas fracassaram quase sempre, apesar de se terem feito vários esforços nesse sentido, especialmente durante o movimento de 1889, em que se destacou Viterbo de Campos. Num sarau de propaganda, comemorativo do centenário da Revolução Francesa, socialistas e anarquistas juntam-se no Salão da *Euterpe*, na Porta do Sol, na noite de 14 de Julho. Aí estavam representados os jornais socialistas (*O Trabalhador* e a *Tribuna do Operário*) e anarquistas (*A Revolução Social*). Nas paredes, ao lado do símbolo da Internacional destacavam-se nomes e frases dos ideólogos anarquistas, entre os quais Pedro Kropotkine.

7. A partir de 1890, seguindo a directiva do Congresso de Paris de 1889, inicia-se em Portugal a comemoração do 1º de Maio como jornada de protesto e reivindicação operária. No Porto, reuniram-se mais de 12.000 trabalhadores no Monte Aventino, nas Antas, a partir das duas horas da tarde, havendo fábricas que encerraram ou que deram folga aos seus operários.

Entre 1891 e 1895, o movimento atenua-se. A legislação laboral, se bem que recuada (lei dos tribunais avindouros, lei sobre o trabalho das mulheres e menores nas fábricas, lei sobre as associações de classe, etc), permite aos operários novas formas de intervenção.

Mesmo assim, assistiremos ainda a alguns focos grevistas importantes, como o dos tabaqueiros da fábrica *Lealdade* em 1892, dos chapeleiros em 1893, dos tanoeiros da Sandeman em 1894. Os anarquistas ganham crescentes adeptos no operariado e os grupos que se formam assumem um papel importante na formação de militantes do movimento operário. O Grupo Revolucionário Anarquista 11 de Novembro lançará em Janeiro de 1891 a proposta da formação de uma Federação das Associações de Classe do Porto, que irá, de facto, surgir no ano seguinte. Em 1895, há uma nova explosão de greves gerais dos tanoeiros e fosforeiros, e parciais de tabaqueiros, várias de tecelões, registando-se motins e recontros com a Guarda Municipal. A crescente influência anarquista suscitará, entretanto, em 13 de Fevereiro de 1896, a lei, extremamente dura, que limita a propaganda e a organização anarquista. A repressão ao anarquismo, longe de o desactivar, parece ter-lhe suscitado novas simpatias no mundo operário.

A agitação operária intensifica-se desde o início do século XX até às vésperas da República. O ano de 1903 começa com uma greve de operários têxteis. Seguem-se, em Março, os cordoeiros, os tamanqueiros, os serralheiros, os chapeleiros. Em Maio há uma grande greve de tecelões, protestando contra as tabelas salariais. Refira-se que nesta última greve o jornal anarquista *Despertar* desempenhou um papel importante. Vão entrar também em greve os ferroviários, os trabalhadores fluviais, etc. Em 1904, contavam-se no Porto 9 jornais anarquistas, diversos grupos e associações, bibliotecas e outros espaços de agitação e propaganda. Em 1906, os tecelões entram mais uma vez em greve, tal como os chapeleiros, os operários da construção civil, os carpinteiros. E até à República haverá ainda cerca de 35 greves.

Em 1909, o Congresso das Associações realizado em Lisboa e Porto adopta já uma linha claramente sindicalista, autónoma e federativa. Por essa altura, forma-se o Grupo de Propaganda Libertária, que logo depois passaria a chamar-se Comité de Propaganda Sindicalista do Porto, e funda-se o importante Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, que publica o jornal *O Libertador*.

Maior influência ganhará ainda o anarco-sindicalismo no período da I República. Pelo inverso, o Partido Socialista apagava-se como partido operário, acabando por lhe ser fatal a sua posição capitulante face à Guerra Mundial. Mas essa é já outra fase da história...

Porto, Maio de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Vol. IV. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

FREIRE, João – *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.

GOODOLPHIM, Costa – *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Aprender a Arte – Sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo um inquérito de 1866*. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa (Homenagem ao Professor Victor de Sá)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

PEREIRA, José Pacheco – *A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas, 1850-70*. *Análise Social*, 1981. nº 17. Vol. 65 p.135-151.

REIS, Jaime Batalha – *Annos de Lisboa (Algumas lembranças)*. In *In Memoriam de Antero de Quental*. Porto: Mathieu Lugan, 1896.p. 441-472

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 378-521.

VIANA, J. M. Gonçalves – *Aspirações Populares - Subsídios. O Tripeiro*. III Série. Vol. V e VI. Porto, 1926-1927 p. 292.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Estudante de Mestrado em História Contemporânea da FLUP.